

**NAS “TERRAS DE NINGUÉM”: CONFLITOS E A LUTA PELA POSSE DE
TERRA URBANA - CASA AMARELA, RECIFE – PE**

Sebastião Alves da Rocha*

Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

sebastiao.rocha@gmail.com

INTRODUÇÃO

O Recife reuniu inúmeros movimentos sociais no pós-ditadura civil-militar, alguns deles representados por associações e conselhos de moradores que lutavam pelo direito de moradia e infraestrutura urbana para a população das regiões periféricas da cidade. Partindo do exposto, o presente estudo tem como objetivo apresentar a trajetória em torno dos conflitos e das lutas travadas pelo movimento “Terras de Ninguém” em Casa amarela, Recife, Pernambuco entre os anos 1969-1987.

Para desenvolver essa questão, foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de trabalhos acadêmicos que versam sobre o movimento “Terras de Ninguém”, a luta por moradia e os movimentos de bairros em Recife, disponíveis na internet. Tomamos como referência para refletir sobre as identidades, as agendas de luta e as práticas dos movimentos sociais os estudos de GOHN (2014; 1991). Realizamos também consulta em jornais e folhetos produzidos pelo movimento “Terras de Ninguém”, disponibilizados na plataforma digital do Centro de documentação e Pesquisa Vergueiro - (CPV)¹.

Os movimentos sociais tiveram um papel importante em expor as demandas dos indivíduos frente a uma sociedade marcada por desigualdades em todos os níveis. No Brasil ao longo do século XX, as várias mobilizações sociais lutaram por melhores

*Mestrando do Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

¹ Disponível no endereço: <http://www.cpvsp.org.br/periodicos.php>.

condições de vida, em especial por equipamentos sociais básicos e bens coletivos e pela moradia.

Para análise de um movimento social, faz-se necessário entender/conhecer a sua definição. Vale ressaltar que não existe consenso quanto a essa questão entre os estudiosos do tema. Movimento social é um conjunto de ações coletivas organizadas com objetivos de reclamar demandas não atendidas para população. Neste sentido, compartilhamos da definição da especialista em movimentos sociais Maria da Glória Gohn, que considera o movimento social “como ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil” (2014, p.251). Assim como concordamos com Alain Touraine ao dizer que os movimentos sociais “falam de si próprio como agentes de liberdade, de justiça social ou de independência nacional, ou ainda um apelo à modernidade ou à liberação de forças novas num mundo de contradições, preconceitos, privilégios” (Apud. GOHN, 2014 p.145-146).

Por sua vez, os movimentos sociais urbanos, são manifestações das classes populares, partem dos bairros, do local de moradia e são heterógenos quanto a composição social. A partir dessas colocações podemos definir o movimento “Terras de Ninguém” como um movimento social popular urbano pela posse de terra (GOHN, 1991).

A fundação do movimento “Terras de Ninguém”, segundo os trabalhos consultados foi em 1975². Essa marcação também está presente na concepção dos participantes do movimento, verifica-se isso a partir da produção, pelo movimento, de cartilhas comemorativas de aniversário, considerando o ano 1975 como o de fundação. O ano de 1975 se refere ao momento em que o movimento é batizado com o nome “Terras de Ninguém”. A partir da leitura do texto “batalhas em casa Amarela” do professor Antônio Montenegro, presente no livro “História Oral e Memória: A cultura popular revisitada” constata-se que o movimento começa a se organizar antes do ano 1975, especificamente, em fins da década de 1960.

Deste modo, compreendemos que a luta do movimento começa no ano 1969, quando se iniciam as primeiras mobilizações em torno da luta pela posse das terras nas

² SOUSA, 2005; CAVALCANTI, 2017.

áreas de morros de Casa Amarela. Por mais que nesse período, o movimento ainda não fosse chamado pelo nome de “terras de ninguém”, as ações empreendidas nesse período foram essenciais para o fortalecimento da luta dos moradores. Para fim analítico deste estudo, dividimos o movimento “Terras de Ninguém” em três fases: A primeira da formação de bases (1969-1974), segunda do enfrentamento (1975-1980) e a terceira do processo de desapropriação e da regularização fundiária das terras (1981-1987).

Este artigo está dividido em duas partes, a primeira que tem como título “O Recife e a questão da Moradia”, tem como objetivo descrever em linhas gerais os fatores que antecederam a luta do movimento “Terras de Ninguém” e o segundo O movimento social urbano “Terras de Ninguém”, conta a história do movimento de acordo com as três fases na qual dividimos o movimento.

O RECIFE E A QUESTÃO DA MORADIA

Desde o final o século XIX a cidade do Recife, enfrenta problemas relacionados à moradia. Essas questões foram intensificadas a partir da primeira metade do século XX, fato que leva ao surgimento de vários conflitos. A problemática da moradia e da posse de terras faz com que sejam organizadas inúmeras frentes de lutas com objetivo de requerer esses direitos.

Essas reivindicações se organizam a partir dos bairros através dos conselhos e associações de moradores. O problema da moradia no Recife reside dentre outros fatores, no fato da cidade possuir pouco espaço em boas condições para habitação, tornando os disponíveis suscetíveis à valorização e especulação imobiliária, dificultando o acesso às populações pobres.

Outro elemento que aumenta a demanda por moradia é o crescimento da população no Recife, experimentado pela cidade desde o fim do século XIX. Dentre os fatores que justificam esse fenômeno destacam-se as migrações por questões diversas, dentre as quais podem ser citados: procura por emprego, a Seca, perda de terras e para fugir de regime de trabalhos, durante a expansão das usinas na zona-da-mata (FRANCISCO, 2013, p.30).

As pessoas advindas das levas das migrações se juntaram à poluição pobre já existente na cidade, ocupando, expandindo e criando novos mocambos³. Os recenseamentos dos mocambos do Recife, realizado na primeira metade do século XX, mostraram o crescimento deste tipo de espaço, evidenciando que a maioria da população pobre vivia nessas áreas. Por exemplo, no Recenseamento dos Mocambos do Recife de 1939, constatou-se que quase 50% da população do Recife residiam nesse espaço, e que as construções eram na sua maioria com paredes de taipa e cobertura de palha. A partir desses levantamentos os problemas urbanos começaram a preocupar o Estado e a sociedade (SOUSA, 2005).

De acordo com Albuquerque (2006, p. 4), a problemática urbana devido à proliferação de doenças e ao aspecto estético da cidade, cria-se um plano de ordenamento da cidade⁴, baseado em princípios higienistas, já que as favelas eram consideradas um perigo para a elite, dessa forma, as populações que habitavam os Mocambos foram expulsas, a remoção das pessoas destes espaços, tinha o objetivo de melhorar os aspectos estéticos da cidade, valorizar as terras e atender aos interesses do capital imobiliário.

A população expulsa das áreas nobres da cidade se deslocou para as áreas de morros e alagados. Conforme Souza (1984), o processo de ocupação foi adquirindo várias formas:

Aqueles que encontravam empregos nos “viveiros” construíam sua moradia nos mangues — as palafitas, mediante o “aluguel do chão” ao proprietário; morros próximos às vias de penetração da cidade, como os de Casa Amarela, tiveram seus sítios pouco a pouco micro-parcelados e alugados a terceiros que, mediante o “aluguel do chão”, poderia construir e ter a “posse” do imóvel; e as “Terras de Marinha” passaram a ser refúgio daqueles que não tinham acesso à terra urbana. (apud. SOUSA, 2005).

De acordo com o autor, as pessoas que se deslocaram para a região de morros de Casa Amarela, se instalaram mediante o pagamento do foro (aluguel do chão), logo esse processo na sua grande parte ocorreu de forma consentida. “O modo de ocupação predominante da população mais pobre era aterrar o mangue e ocupar os morros. Os proprietários permitiam e os pobres aterravam, limpavam e zelavam os terrenos vazios

³ Ver livro de Zélia Gominho – Veneza Brasileira X Mucambópolis.

⁴ Entre as ações implementadas para erradicar os Mocambos destacam-se a criação da Liga Social Contra o Mocambo - entidade privada, de “caráter humanitário”, ligada à Secretaria de Saúde Pública - destinada a promover a extinção dos mocambos e a incentivar a construção de casas populares “dotadas de condições higiênicas de fácil aquisição e O Decreto Municipal nº 76 de 1938, que proíbe a construção de mocambos nas zonas urbanas e suburbanas do Recife (SOUSA, 2005, p. 59)

em troca do direito de morar temporariamente nessas terras” (SOUSA, 2005, p.66).

A população reagiu à expulsão imposta pelo Estado e também aos problemas enfrentados por falta/ausência de moradia para o povo. Como resultado da insatisfação popular começa a se organizar no Recife a partir de 1931, os movimentos de bairros⁵ com luta pela posse de terra e por equipamentos coletivos e melhoria da qualidade de vida das comunidades carentes, pressionando o poder público através de abaixo-assinados, reuniões com secretários, prefeitos e atos públicos (ALBUQUERQUE, 2006, p. 5).

A atuação dos movimentos de bairros ganhou força, através da pressão popular. O Estado para tentar conter a insatisfação popular, resolveu estimular a criação de associações e conselhos de moradores de bairro, concedendo uma espécie de “apoio”. Dentre os governantes que realizaram diálogo com movimentos sociais, podemos destacar Pelópidas Silveira e Miguel Arraes⁶.

Durante o Regime militar os movimentos sociais passam por um processo de intensa perseguição. Apesar da repressão, continuaram se rearticulando e o Estado não pode controlar sua atuação, nesse mesmo cenário surgem grupos organizados reivindicando o fim do regime militar. Neste campo de forças, um dos movimentos considerados mais expressivos na luta pela posse de terras em Recife, foi o movimento “Terras de Ninguém” em Casa amarela, com atuação na segunda metade do século XX.

A área que corresponde à Casa Amarela pertenceu ao Engenho São Pantaleão do Monteiro, um dos primeiros construídos na “Capitania de Pernambuco” na época da Nova Luzitânia (GALVÃO, 1908 Apud SOUSA, 2005, p.69)⁷. A maioria dos bairros da cidade do Recife se originou a partir locais aonde existiam engenhos. No processo de crescimento da cidade, marcado pelo aumento populacional e pela erradicação dos Mocambos, teve início à ocupação dos arredores dos centros urbanizados. A região de Casa Amarela tornou-se um atrativo para a população de baixo poder aquisitivo, uma vez

5 A história dos Movimentos de Bairros do Recife tem início, em 1931, com o registro em Cartório da Liga dos Proprietários da Vila de São Miguel (Afogados), cujo objetivo era congregar debaixo de uma mesma bandeira, sem distinção de cor, nacionalidade, credo político ou religioso todos os proprietários pobres da Vila São Miguel (ALBUQUERQUE, 2006). Para mais informações ver também FRANCISCO, 2013.

6 Pelópidas Silveira foi vice-governador de Pernambuco em (1958) e prefeito do Recife nos anos de (1946; 1955; 1963).-Miguel Arraes foi prefeito do Recife em (1959) e governador de Pernambuco nos anos de (1963; 1987; 1995).

⁷ Dicionário Corográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco. Rio de Janeiro, v3. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1908.

que o alto custo de implantação de infraestrutura urbana e a dificuldade de ocupar o solo não ofereciam vantagens ao capital imobiliário (SOUSA, 2005, p.71).

Casa Amarela tem sua ocupação acelerada a partir de 1940, pelos fatores antes elencados, sendo o processo intensificado nas décadas seguintes pela população “subindo os morros da Conceição, Alto José do Pinho, Alto José Bonifácio, Alto do Mandú, Alto da Esperança e Alto da Favela, e descendo pelos córregos do Euclides, Zeca Tatu, Saudade e Zé Grande” (SOUSA, 2005, p. 72).

O MOVIMENTO SOCIAL URBANO “TERRAS DE NINGUÉM”

Os movimentos de bairros de forma geral se organizam em torno das reivindicações por equipamentos coletivos, bens e serviços públicos, pelo acesso, posse e regularização de terras. Como movimento urbano o “Terras de Ninguém” atuava em torno dessas questões, mais especificamente a luta pela posse de terras e concomitantemente a regularização das mesmas.

Na primeira parte do texto, foram apontados alguns dos fatores que contribuíram para o surgimento do conflito em torno do problema da moradia em Casa Amarela, dentre os quais convém destacar a concentração de riquezas, o crescimento demográfico e o desemprego. Outro fator relevante foi à questão da cobrança de aluguel pelo uso das terras. As pessoas que foram expulsas dos Mocambos, na sua maioria não foram realocadas em outros espaços pelo Estado, sendo obrigadas a pagar aluguel em áreas insalubres, não adequadas à construção de moradias. Estes locais se tornaram, por vezes, a única opção para estas pessoas, uma vez que os valores cobrados eram baixos se comparados com outras áreas.

As terras de Casa Amarela, como já apontado, pertenciam ao engenho São Pantaleão do Monteiro. Um dos primeiros fatores que contribuiu para o questionamento da titularidade das terras foram o fato de existirem vários proprietários, e os locatários não saberem a quem prestar contas. Assim como, do outro lado os ditos proprietários não sabiam o limite de cada terreno. Assim foi criada em 1942 a Empresa Imobiliária de Pernambuco Ltda., para administrar as terras da propriedade Marinho, tendo como diretor, Roberto Sarmiento da Rosa Borges (MONTENEGRO, 2007). De acordo com SOUZA et al (1984), ao tomar posse da administração das terras a referida imobiliária,

iniciou o controle das áreas, bem como incentivou novas ocupações, legalizou a compra do terreno e reprimiu as “invasões”, quando detectadas (apud. SOUSA, 2005).

A primeira fase (1969-1974) do movimento “Terras de Ninguém”, inicia com a formação de bases. Dois aspectos foram importantes nesta fase para fortalecimento da luta: a articulação com a Igreja e a relação de algumas lideranças com partidos políticos, a exemplo o Partido Comunista.

De acordo com GOHN (1991, p.40), todos os movimentos urbanos têm suas articulações partidárias, e embora os movimentos não possuam vínculos formais explícitos com partidos, na prática, os vínculos se estabelecem via liderança, o que pode ser visto no movimento “Terras de Ninguém”, onde parte da liderança possui filiação com o Partido Comunista. Dentre as lideranças do movimento destacam-se: Arnaldo Rodrigues, conhecido como Arnaldo das pedrinhas; José Severino de Aguiar, líder sindical, católico praticante e comunista; Manoel Marques de Melo, sapateiro também ligado ao partido comunista (MONTENEGRO, 2007).

A primeira fase do movimento foi marcada pela existência de uma mobilização no meio dos moradores. As ações tinham o objetivo de construir uma identidade de pertencimento às terras, para isso era necessário que os moradores se conscientizassem de que às terras não pertenciam à Empresa Imobiliária Pernambucana e, mas do que isso os moradores precisavam resistir e não pagar os aluguéis pelo uso do chão. Para implantar essas ações os líderes fizeram campanhas em formato religioso, isto porque nas reuniões nas casas dos moradores eles rezavam o terço e depois trabalhavam a conscientização da população.

A formação de bases esteve ligada com a religiosidade católica e pode ser dividida em dois momentos, a primeira campanha da reza do terço (1969-1972) e a evangelização (1972-1975). Como pode ser observado no depoimento de Jose de Aguiar.

Em 1969, o companheiro Arnaldo e mais três companheiro, nós tava rezando e nós tava conversando com os moradores para não pagar para Rosa Borges e para que a gente se juntar para derrubá-lo... que ele não é dono da propriedade e de 69,70,71 em 72 nós tava em campanha de terço se mobilizando nas casas dos companheiros. Nesse mesmo ano de 72, já com frente de importância religiosa no meio da gente, que D. Helder fundou aquele movimento de evangelização. Nos deixamos a campanha do terço e partimo com a evangelização, porque já era um espaço aberto. A gente se reunia em todo canto. Dentro da Igreja e daí por diante começamos uma campanha mais livre... de mais comunicação em diante ao povo para que ninguém pagasse mais por

essa propriedade. Na evangelização, nos fomos 72, 73, 74 em 75 agente já estava bem mobilizado junto aos padres, as freiras e com aquela coligação com D. Helder (MONTENEGRO, 2007, p.60-61)

Na formação de base, apesar de não existir o apoio formal da igreja, o elemento religioso é usado para burlar a vigilância que em plena ditadura militar se tinha sobre os movimentos. Ademais a articulação com a Igreja progressista foi importante para o fortalecimento do movimento, pois com a proteção desta, o movimento amplia sua atuação e fortalece o processo de construção de consciência do direito à moradia, assim como contesta os que se diziam proprietários das terras.

A Igreja apoia os movimentos sociais de bairros no Recife, sobretudo com a criação das Comunidades Eclesiais de Base, a partir de 1968. Com o apoio do Arcebispo de Recife e Olinda D. Helder Câmara⁸ que assumiu arquidiocese em 1964, a Igreja ao mesmo tempo em que atua junta aos pobres nas reivindicações de direitos sociais, fortalece os movimentos sociais de bairro. Na região de Casa Amarela, pode ser destacada a atuação do Padre Reginaldo Veloso⁹, considerado um dos líderes do movimento “Terras de Ninguém”, com a criação da CEBs na comunidade da Macaxeira. Reginaldo Veloso em entrevista para a historiadora Geane Cavalcanti, fala sobre atuação da Igreja frente aos movimentos sociais:

Eu sei que... de chegada, um tempo, eu diria assim, de recessão da organização popular e nós da igreja através do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base das paróquias de Olinda e Recife, nós realmente durante o tempo da ditadura fomos um movimento de igreja que se identificou com os movimentos sociais, com o que restou dos movimentos sociais, das pessoas que não mais participavam abertamente de uma organização por medo da repressão, mas que procuravam nos espaços da igreja se abrigarem, vamos dizer assim. Esse

⁸ Dom Hélder Câmara (1909-1999) foi um religioso, bispo católico e arcebispo emérito de Olinda e Recife. Ficou conhecido internacionalmente pela defesa dos direitos humanos. **Dados biográficos de Dom Helder Câmara**, disponível em: https://www.ebiografia.com/dom_helder_camara/ Acesso: em 31 jul. 19.

⁹ Pe. Reginaldo Veloso é Mestre em Teologia e História, escritor, compositor e especialista em liturgia. Nasceu no dia 3 de agosto de 1937 em Piquete, Município de São José da Lage, Alagoas. No ano de 1951 foi para o Seminário em Recife, PE, onde fez o curso ginásial científico e estudou filosofia. Em 1958 foi para Roma, onde estudou Teologia e História da Igreja. Foi ordenado padre, em Roma, em 1961. Voltado ao Brasil em 1966, trabalhou como professor de Seminário. Em 1968 foi para Casa Amarela, em Recife, PE. Comandou durante 11 ½ anos a paróquia do Morro da Conceição. Atuava em conjunto com as CEBs. No ano de 1989, foi destituído da paróquia e suspenso das funções sacerdotais (celebrar missa, realizar matrimônios, fazer batizados) pelo arcebispo de Olinda e Recife, dom José Cardoso, da ala conservadora da Igreja. Padre Reginaldo Veloso, foi um dos fundadores do ITER - Instituto Teológico do Recife e um dos braços direitos de Dom Helder Câmara. **Dados Biográficos de Padre Reginaldo Veloso**, disponível em: <https://www.luteranos.com.br/textos/reginaldo-veloso-1937> Acesso em: 31 jul. 19.

movimento de igreja sustentou o mínimo de organização popular que havia naqueles anos de chumbo (CAVALCANTI, 2017, p.89)¹⁰.

Segundo Gohn (1991, p.37) a articulação da Igreja com os movimentos populares, “imprimiu-se em questões sob a ótica dos direitos dos cidadãos. A nova missão do cristão é o trabalho coletivo, é o trabalho junto aos oprimidos, nesta vida e não na outra”. Desta forma através da teologia da libertação, a Igreja reforça a sua escolha pelo povo, e no Recife o trabalho das CEBs e pastorais constitui um elemento propulsor para os movimentos sociais populares. Portanto, a Igreja progressista, foi uma frente muito importante na trajetória do movimento “Terras de ninguém”.

A partir da articulação com a Igreja, o movimento inicia a segunda fase (1975-1980), que denominamos de Enfrentamento, nessa fase além ser batizado com o nome “terras de ninguém”, o movimento começa a denunciar o conflito na mídia e também a reivindicar a desapropriação das terras.

Os moradores se apropriaram do termo “Terras de Ninguém”, título de artigo da revista Veja, em 01 de junho de 1976, que apresentava a luta dos moradores de Casa Amarela para permanecer na localidade (MONTENEGRO, 2007, p. 54). A principal estratégia dos militantes do movimento consistia em questionar a titularidade das terras. Para tanto, a formação de bases, através das conversas com os moradores, foi essencial no processo de conscientização de que as terras de Casa Amarelas não possuíam proprietários. A Empresa Imobiliária Pernambucana apresentava uma documentação, contraditória para os militantes do movimento, que fortaleciam outra versão, contada por antigos moradores e contada por Manoel Marques em entrevista:

(...) este terreno foi de uma irmandade de São Cosme e São Pantaleão, naqueles tempos antigos, e um dos velhos marinhos, pai desses outros que morreu há uns anos, com 100 anos, o pai dele era zelador da igreja e era quem mandava o povo fazer casa. E quem manobrava eram as freiras, essas freiras, umas morreram, outras voltaram para Portugal e eles ficaram esperando que viessem outras, não vieram, eles ficaram resolvendo, aí foi nascendo outros, foram desenvolvendo, estudando, acharam que eram as terras dos marinhos, ficou tudo conhecido, Casa Amarela, como as terras dos Marinhos (MONTENEGRO, 2007, p.66)¹¹.

¹⁰Trecho extraído da dissertação de CAVALCANTI, 2017 – PGH/UFRPE, entrevista concedida a autora em 14/05/2012 na cidade de Recife.

¹¹ Trecho de depoimento extraído do livro “história oral e memória: a cultura popular revisitada” de Antônio Torres Montenegro.

Para além das disputas discursivas e da polaridade existente entre os dois lados, o que não nos cabe um juízo de valor, o fato é que a partir da metade da década de 1970, o movimento consegue um elevado nível de organização e passar a pressionar o Estado.

O trecho abaixo faz parte de um folheto de cordel de 1978 distribuído aos moradores das “Terras ninguém”, que conta a história do conflito pela posse da terra em Casa Amarela. O referido cordel reforça a narrativa dos moradores de que os proprietários representados pela Empresa Imobiliária Pernambucana não eram os donos das Terras.

O santo Pantaleão
No céu estava na glória...
Será que necessitava
Ou aceitava essa história
De dominar terra e gente
Como patrão prepotente
E exigir promissória?

Toda a fartura de terra
Um nome novo ganhou:
"PROPRIEDADE MARINHO",
O velho assim batizou
Para que seus descendentes
Falassem mostrando os dentes:
— Que "coroné" de valor!

Fundada a IMOBILIÁRIA
Logo se fez divisão
Leitor, esteja avisado
Pra não fazer confusão
Pois os Borges e Marinho
Fizeram seu cercadinho
Com muita organização
Mas todo mundo já sabe
Que a EMPRESA não tem
A escritura das terras
E muita gente já vem
Dizendo: — Não vou pagar.
Vão pro inferno morar!
Tou nas "Terras de Ninguém"

Mais de dois mil assinantes
Fincaram pé no batente...
E escreveram uma carta
Para o senhor Presidente...
Todo o país vai saber
Rádio, jornal, vão dizer
O sofrer daquela gente

— Agora daqui pra frente
"Foro" ninguém vai pagar.

Diz um velho morador,
E todos vão protestar
Contra qualquer cobrador,
A polícia, ou o doutor...
Quero ver quem vai ganhar

De nariz arrebitado
Vamos repetir a história
A das "Terras de Ninguém"

E guardar bem na memória:
Temos mais do que razão
E a desapropriação
Será a grande vitória
(Jornal dos Bairros)¹²

Como apontado, uma das estratégias dos líderes do movimento, era o trabalho de conscientização dos moradores, ou seja, era preciso conhecer a história e naturalizar que Rosa Borges, diretor da empresa imobiliária, não era dono das terras. Observa-se ainda que o cordel ao resumir a história do movimento evidencia os principais momentos do conflito: contestação da titularidade das terras; pressão do Estado; denúncia na mídia; repressão policial e reivindicação da desapropriação. A distribuição de folhetos com versos como estes, tinha a intenção de informar/formar os moradores e assim fortalecer a resistência contra o pagamento do aluguel e às ameaças de expulsão.

A ocupação quase formalizada e a resistência dos moradores contra a exploração do indivíduo que se apresentava como proprietário, caracterizaram um avanço qualitativo na forma de organização dos moradores das “Terras de Ninguém”. Outro fator que aumenta o descontentamento dos arrendatários é a subida do preço dos aluguéis, o que fez os pagamentos fosse cessado (SOUSA, 2005 p.95; 98).

A reivindicação central do movimento “Terras de Ninguém” era o direito à posse das terras que ocupavam. De acordo com Isauro Sousa (2005, p.96) a insatisfação não ocorria somente do lado dos moradores, pois para os proprietários o “aluguel do chão”, já não se constituía como melhor opção de rendimentos, ao passo que a disputa se dava entre moradores versus proprietário. Interessante observar que a relação de conflitos entre os dois agentes, como algo característico, denota algo peculiar, porque nesse caso a

¹² Todos lutam nas “Terras de Ninguém”. Jornal dos Bairros, p.3, ano 1, nº 1 jul/1978. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PJBASPE061978001.pdf> Acesso em: 09 jul. 2019.

rivalidade, não é com o Estado, este foi acionado como intermediador do conflito (GONH, 2014).

Na terceira fase do movimento (1981-1987), o Estado intervém no conflito visando a desapropriação das terras, momento em que o movimento amplia suas demandas, além da posse de terras solicitavam também melhorias da área.

O Movimento “Terras de Ninguém”, com a força de cerca de 53 comunidades e diversas representações e Pró-Federação de Casa Amarela, o Conselho de Moradores de Casa Amarela - FEACA, os centros Comunitários – reivindicaram obras de urbanização, tais como calçamento, iluminação pública, aterros de alagados nos córregos; e instalação de escolas, postos de abastecimento de gêneros alimentícios, entre outras. A questão da precariedade dos transportes coletivos aparecia entre as reivindicações mais comuns das diversas associações (SOUSA, 2005, p.99).

Apesar de colocar em pauta outras, o direito à posse de terras, continuava como principal reivindicação do movimento. A longa luta do movimento se consolidou e foi vitoriosa em dezembro de 1980, quando assinado o documento de desapropriação do terreno em litígio em favor dos moradores de Casa Amarela (MONTENEGRO, 2007). O jornal Força Popular¹³, boletim da Pro-Federação de Casa Amarela, traz na capa a notícia da vitória do movimento “Terras de ninguém”, em direção à desapropriação.

Depois de duas horas e meia de audiência, sai Arnaldo e Odete, acompanhada pelos advogados dizendo: VENCEMOS: das mãos calejadas e cheias de justiça sai uma salva de palmas e dos lábios corajosos ecoa um grito de viva para mais um das Terras de Ninguém, que tem coragem de ir até o fim pela causa, de todos (JORNAL FORÇA POPULAR).

A partir dos 1980, inicia-se o processo de desapropriação das terras de Casas Amarela, logo, a principal reivindicação do movimento começou a ser atendida, a posse das terras. Através da narrativa do Jornal Força Popular, quando utiliza o termo “mãos calejadas”, podemos interpretar uma dupla significação da expressão. A primeira acepção faz referência a pobreza das populações envolvidas com o conflito, pois, o *calo* remete ao trabalho pesado. O segundo significado se constitui enquanto representação, ao se associar as “mãos calejadas” com a luta empreendida pelos moradores das “Terras de Ninguém” pela posse das terras.

¹³ A desapropriação vem Aí. Força Popular. Jornal Pró-Federação de Casa Amarela. Maio/junho de 1980. Acervo do Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro. Disponível em: <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PFOPOPE05198000X.pdf> acesso em 09 jul. 2019.

O movimento “Terras de Ninguém” ao longo da sua trajetória constrói uma rede de articulação, que demonstra um considerável nível de organização. A rede incluiu o apoio da Igreja, de ONGs, políticos, advogados entre outros e fez da regularização fundiária das “Terras de Ninguém” a maior da história do Recife.

A desapropriação envolveu 53 comunidades, e desapropriou cerca de 20.000 lotes, pertencentes à Empresa Imobiliária de Pernambuco Ltda., tendo contemplando mais de 15.000 famílias, numa área com cerca de 350 hectares, cuja desapropriação foi feita pelo Governador do Estado de Pernambuco Dr. Marco Antônio de Oliveira Maciel, através do decreto nº 7.008 de 29/12/1980 (SOUSA, 2205 p.114).

O processo de desapropriação envolveu uma área muito grande e o custo decorrente do processo foi assumido pelo governo de Pernambuco, cabe destacar que foi pago de indenização preço de Cr\$ 7.000.000,00 (sete milhões de cruzeiros)¹⁴. Com o Decreto de Desapropriação das “Terras de Ninguém”, o movimento pela posse da terra continuou com o líder comunitário João do Cigarro à frente do movimento. Após a desapropriação das “Terras de Ninguém”, os lotes foram cedidos aos moradores, através de Escritura Particular de Compra e Venda, com força de Escritura Pública, pela COHAB-PE (SOUSA, 2005, p. 116).

Nesta terceira fase cabe destacar atuação de vários órgãos no processo de desapropriação e legalização das terras, como Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco (COHAB-PE), a criação de programas habitação como Programa de Erradicação de Sub-Habitação (PROMORAR) e o Plano de Regularização das Zonas Especiais de Interesse Social (PREZEIS)¹⁵.

Os títulos de propriedade das terras, por envolver um longo processo burocrático, somente foram entregue aos moradores no Governo de Miguel Arraes de Alencar, em 1987. Ainda segundo Isauro Sousa (2005, p.120), o processo de regularização fundiária, iniciado nas “Terras de Ninguém”, tornou-se referência para as demais áreas pobres que lutavam pelo direito à posse da terra na cidade do Recife.

¹⁴ Ver SOUSA, 2005, p.116. Processo de Desapropriação das “Terras de Ninguém”.

¹⁵ Ver . LEITE, S. P. B. R. **Participação popular e acesso à moradia**: as escolhas possíveis para a população removida por intervenções de melhoria urbana do Prezeis. 2006. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - UFPE, Recife, 2006. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/6833>.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, existe um problema histórico que é a concentração de terras, esse fato tem contribuído para aumento das desigualdades sociais e principalmente dificultado o acesso das camadas pobres ao direito de morar. No Recife, assim como em outras cidades brasileiras, o problema de acesso à moradia levou as populações de baixo valor aquisitivo a ocupar lugares insalubres, deficientes de infraestrutura e serviços urbanos. O processo de modernização das cidades provocou a expulsão dos moradores das áreas centrais para a periferia, surgindo variados tipos de favelas.

As comunidades marginalizadas socialmente começaram a se organizar em fins da década de 1960, em movimentos populares urbanos, de bairros, com apoio de conselhos e associações estratégias de enfrentamento e de pressão do Estado para atender suas demandas frente aos problemas sociais. Um desses movimentos teve uma atuação expressiva na região de Casa Amarela em Recife, o movimento “Terras de Ninguém”.

O movimento “Terras de Ninguém”, a partir de uma ampla rede de articulação que envolveu o apoio dos moradores, da Igreja, de partidos políticos conseguiu que fosse atendida a sua principal reivindicação- a desapropriação das terras de Casa Amarela em favor dos moradores. A vitória do movimento foi resultado de um lado do elevado nível de organização do movimento, que conseguiu levar a público o conflito que envolveu moradores e os supostos proprietários e por outro lado à conjuntura social favorável aos mais diversos tipos de movimentos sociais- a redemocratização do Brasil. Apesar das mobilizações terem iniciado em plena Ditadura militar, o movimento alcançou seu desenvolvimento e sua vitória nesse período.

A dimensão alcançada pelo movimento “Terras de Ninguém” foi expressiva, que provocou um feito não visto antes na história de Recife, a desapropriação de terras de uma área com cerca de 350 hectares de uma só vez. O movimento “Terras de Ninguém” empreendeu uma longa luta pela posse de terras em Casa Amarela e a sua vitória demonstra o potencial dos movimentos de bairros enquanto agente reivindicador de direitos sociais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Juliene. **A luta dos movimentos sociais urbanos no Recife: criação e manutenção do PREZEIS**. In: II Simpósio Lutas Sociais na América Latina, Anais[...]Londrina: UEL, 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/segundosimposio/julienpdfetenoriodealbuquerque>> Acesso em: 8 jul. 2019.

CAVALCANTI, Geane Bezerra. **Lutas e Resistência dos Moradores da Periferia da Cidade do Recife (1955-1988)**. 2017. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/15000>> Acesso em: 09 jul. 2019.

FRANCISCO, Thiago Pereira. **Habitação popular, Reforma urbana e Periferização no Recife, 1920 – 1945**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013. Disponível em: <<http://www.tede2.ufrpe.br:8080/tede2/handle/tede2/6765>> Acesso em: 14 jul. 2019.

GOHN, Maria da Gloria. **Movimentos Sociais e Luta pela Moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

MONTENEGRO, Antônio Torres. **História Oral e memória: A cultura popular revisitada**. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

SOUSA, Isauro. **Regularização Fundiária Das “Terras de Ninguém” A Semi-Formalização em Novas Bases**. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp027824.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2019.